

JOVENS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

EXPLORANDO O EFEITO DAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

RENATA MIRANDOLA BICHIR
HAROLDO DA GAMA TORRES
MARIA PAULA FERREIRA

RESUMO *O objetivo desse artigo é testar a hipótese de acúmulo de indicadores negativos nas áreas periféricas do município de São Paulo, abordando alguns tipos de riscos sociais que incidem sobre indivíduos jovens, como desemprego, violência urbana, baixo nível educacional e gravidez na adolescência. Para tanto, são utilizados métodos de estatística espacial e as áreas de ponderação da amostra do Censo Demográfico (IBGE, 2000). Ao contrário da visão bastante difundida, os resultados apontam, de modo geral, para a questão da heterogeneidade da periferia, ou seja, para a não-sobreposição espacial de diversos riscos considerados. Desse modo, os resultados indicam a complexa estruturação dos riscos sociais em municípios como São Paulo, o que tem importantes consequências para o planejamento de políticas públicas.*

PALAVRAS - CHAVE *Riscos sociais; segregação; políticas sociais; juventude.*

INTRODUÇÃO

Está presente na literatura sociológica e de estudos urbanos, ainda que de modo difuso, a proposição da homogeneidade das periferias metropolitanas, que seriam locais distantes dos centros urbanos, marcados pela ausência de investimentos públicos, pelo acúmulo de privações e de indicadores sociais negativos:

A extensão das periferias urbanas ... tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. (Maricato, 2003, p.152.)

Essa frase sintetiza o argumento relativo à homogeneidade das áreas periféricas das metrópoles brasileiras, que seriam marcadas pela sobreposição de múltiplas carências e privações, com conteúdos socioeconômicos bastante similares. A idéia de que os riscos sociais são cumulativos pode parecer bastante evidente para a maior parte dos observadores da cena urbana brasileira. No caso de São Paulo, o argumento teria sido supostamente comprovado *ad nauseam* por dezenas de estudos, sobretudo se considerarmos a grande massa de dados existentes sobre a periferia de São Paulo, bem como a sistemática produção de indicadores de cunho territorial, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Exclusão Social (Sposati, 1996), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e outros.

Vale ainda destacar que boa parte da literatura brasileira sobre a chamada *segregação residencial* tende a considerar como dado que os riscos sociais em geral se concentram es-

parcialmente no anel externo das regiões metropolitanas, gerando – no caso de São Paulo – uma distribuição espacial dos problemas sociais de formato radial-concêntrico (Vil-laça, 2001; Taschner & Bogus, 2000). Essa visão associa-se com a caracterização das periferias urbanas como locais relativamente homogêneos em termos de falta de investimentos públicos, de acesso a bens e serviços essenciais, além de indicadores socioeconômicos muito ruins.

Muitos desses estudos ou tomam o argumento da concentração de precariedades nas áreas periféricas *a priori* ou são organizados em unidades de análise muito agregadas espacialmente, como, por exemplo, na escala de distritos administrativos. E, no caso de São Paulo, a análise por distritos (96 áreas) tende a ser bastante insatisfatória, indicando apenas padrões espaciais muito gerais, uma vez que essas áreas apresentam grande variabilidade no porte demográfico, sendo que algumas têm o tamanho de verdadeiras cidades, como o distrito de Grajaú, com mais de 400 mil habitantes, segundo o Censo de 2000 do IBGE.

Estudos desenvolvidos recentemente no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap) em escala geográfica mais detalhada (como a de setores censitários) apontam, ao contrário, para uma relativa heterogeneidade das áreas de pobreza. Apesar de ser possível afirmar que certas áreas do município de São Paulo possuem um legado histórico de acúmulo de indicadores negativos – sujeitas a diferentes tipos de riscos, tanto sociais quanto ambientais –, é também verdade que essas áreas se distribuem por todo o município de forma bastante dispersa e complexa, aproximando-se mais de um mosaico do que da descrição radial-concêntrica descrita pela literatura: ou seja, cada vez mais parece ser preciso falar em periferias, com características bastante peculiares, e não mais em “periferia”, uma vez que esse rótulo abrangente coloca sob o signo da homogeneidade realidades muito distintas. Em outras palavras, é necessário examinar o argumento referente ao acúmulo de riscos em uma escala de observação mais detalhada, de modo a produzir uma caracterização mais precisa de sua distribuição espacial.

Como exemplo, podemos citar o *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*,¹ desenvolvido na escala dos setores censitários, destacando que a pobreza urbana no município apresenta múltiplas dimensões que não se restringem à simples carência (ou ausência) material, pois além da dimensão socioeconômica (baixos níveis de renda e escolaridade) também é importante considerar a dimensão demográfica da pobreza: entre os mais pobres, há composições familiares específicas que devem ser consideradas com bastante cuidado, como famílias chefiadas por mulheres, por homens jovens de baixa escolaridade, compostas por muitas crianças, ou por pessoas idosas, e muitos outros aspectos.²

Esse estudo mostrou ainda que a pobreza urbana pode ser marcada pela segregação, pelo isolamento espacial, em áreas com poucas oportunidades gerais de vida e de acesso a serviços e políticas públicas. Certas áreas da periferia de São Paulo, como Brasilândia (na Zona Norte), Capão Redondo (na Zona Sul) e Cidade Tiradentes (na Zona Leste) são marcadas por acúmulos de indicadores negativos: falta de acesso a políticas essenciais (como saúde e educação); altos índices de criminalidade (como altas taxas de homicídio); exposição a variados tipos de riscos (como maior incidência de certos agravos de saúde pública) etc. Porém, além dessas áreas fortemente segregadas, há certas áreas da chamada “periferia” que não são tão segregadas: estão inseridas em áreas consolidadas e com boas condições de acesso a serviços públicos, têm melhores oportunidades de emprego e de mobilidade em geral. Essa distinção remete ainda à diferenciação do próprio conceito de

1 Este estudo foi desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap e Cepid/Fapesp) em parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo – ver CEM/Cebrap e SAS-PMSP, 2004.

2 O mapeamento das áreas de vulnerabilidade do município de São Paulo baseou-se em variáveis selecionadas do Censo Demográfico 2000, que, submetidas à análise fatorial, foram agrupadas em duas dimensões principais, denominadas “dimensão de privação socioeconômica” e “dimensão de ciclo de vida familiar”; estas dimensões combinadas, por meio de análise de *cluster*, deram origem a diferentes grupos de vulnerabilidade social.

pobreza, e também de periferias (há periferias mais recentes, algumas já consolidadas, outras em fase de transição).

Cada uma dessas composições necessita de cuidados e de olhares específicos: é importante atentar para as estratégias de sobrevivência das populações que moram nesses locais; do ponto de vista das políticas públicas, esses dados destacam a necessidade de políticas sociais que considerem o componente espacial da pobreza, elegendo o território como área de atuação, sem perder, entretanto, a dimensão mais geral: os mecanismos produtores da pobreza e da segregação urbanas, destacando-se especialmente o papel do Estado (inclusive por meio das políticas públicas tradicionais, que geram condições diferenciadas de acesso) e do capital imobiliário (ver Marques & Torres, 2004).

A segregação observada em certos locais da cidade gera diferentes e perversas consequências: menor acesso a serviços essenciais (dada a grande distância que tem de ser percorrida, em média, para obter diversos tipos de atendimento), maior exposição a certos tipos de agravos à saúde (dadas as condições bastante insalubres em que muitos vivem), efeitos sobre a escolaridade dos jovens (Torres, Ferreira & Gomes, 2004, revelam que estudar em escolas de áreas periféricas, em que a maioria dos alunos tem baixa renda e pais com baixa escolaridade, tem fortes efeitos sobre o desempenho escolar), menores oportunidades de mobilidade social (dada a maior fragilidade das redes de relações) etc. Além disso, a segregação socioespacial tem efeitos sobre as redes de relações sociais, sobre os padrões de sociabilidade, sobre a articulação das comunidades (uma vez que reduz os contatos entre os diferentes grupos sociais), o que afeta, também, as possibilidades de modificação de suas realidades.

Em suma, além da relevância analítica, o tema tem particular importância para as políticas sociais, uma vez que a literatura internacional sugere que a aglomeração de um determinado grupo social ou étnico em uma dada área tenderia a aumentar substancialmente esses riscos juvenis, bem como teria impactos substanciais sobre as oportunidades econômicas e sociais dos indivíduos que residem nessas áreas altamente segregadas: aquelas que concentram grupos menos favorecidos (Massey & Denton, 1993; Durlauf, 2001; Yienger, 2001). Esta literatura adverte, porém, que na análise dos padrões espaciais da segregação a escala pode exercer um papel fundamental (Sabatini, 2001).³ Assim, examinar a hipótese de acúmulo de riscos associada ao tema da segregação residencial constitui um esforço de interesse tanto empírico como teórico, com implicações significativas para as políticas sociais.

Do ponto de vista empírico, o artigo busca compreender até que ponto determinados riscos sociais, especialmente aqueles que afetam indivíduos jovens, convergem ou não para territórios urbanos específicos. Por esta convergência de riscos em um mesmo território estamos nos referindo, no caso desse artigo, à concentração do desemprego, violência urbana, baixo nível educacional e gravidez na adolescência, em um pequeno número de áreas contíguas, normalmente localizadas nas periferias urbanas – discute-se assim o efeito das relações de vizinhança sobre a incidência desses riscos.⁴ Esses indicadores foram selecionados por ajudarem a complementar a definição das situações de pobreza sem estarem diretamente relacionados à dimensão da renda – ou seja, a análise da concentração espacial de alguns riscos juvenis contribui para tornar mais complexo o entendimento das “múltiplas dimensões da pobreza” (Mingione, 1999). O estudo desses tipos de riscos que afetam as populações mais jovens é particularmente relevante do ponto de vista das políticas sociais, especialmente se for considerado que a sobreposição de carências nessa faixa etária contribui para a reprodução de circuitos de pobreza.

3 De modo geral, o conceito de segregação remete a duas dimensões principais: os padrões de concentração espacial de determinados grupos sociais e o grau de homogeneidade social de determinadas áreas. Massey e Denton (1993) mencionam outras dimensões, tais como concentração (que mede a densidade da pobreza) e centralização (que mede sua localização em relação ao centro da cidade). Consideramos estes elementos menos relevantes para a discussão brasileira.

4 Para a discussão relativa aos efeitos de vizinhança sobre o desenvolvimento dos jovens, ver, por exemplo, Brooks-Gunn, Duncan, 1997.

5 O estudo serviu como base para a localização dos equipamentos do projeto "Fábricas de Cultura", que visa proporcionar acesso à cultura e lazer aos jovens de áreas periféricas, em particular aquelas com maiores concentrações de jovens em situação de risco social, particularmente violência.

6 Assim, o valor zero indica o distrito com o menor nível de vulnerabilidade, e o valor cem, o de maior nível. Este indicador considerava em sua composição a taxa de crescimento do distrito entre os anos 1991 e 2000; o percentual de jovens residentes; o percentual de nascidos vivos de mães com idade entre 14 e 17 anos; a taxa de homicídio entre os jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 17 anos; o percentual de jovens de 15 a 19 anos que não frequentavam a escola; e a renda média do chefe do domicílio. Foi utilizada a metodologia estatística de análise fatorial.

7 A título de ilustração das grandes disparidades observadas, pode-se destacar que enquanto nos distritos de Jardim Paulista e Moema (caracterizados por bons indicadores socioeconômicos) o percentual de mães adolescentes variava em torno de 1%, em Cidade Tiradentes (distrito da periferia do município) o percentual era próximo de 10%, ou seja, em 10% dos nascidos vivos de mulheres residentes neste local, nos anos de 1999 a 2001, as mães tinham menos de 17 anos de idade.

8 O Censo é baseado em dois questionários: um mais sucinto, denominado questionário para o universo do censo, que cobre toda a população; e outro mais abrangente e detalhado que é aplicado em uma amostra correspondente a 10% dos domicílios.

9 O índice de Moran varia no intervalo de -1 a 1, com valores positivos indicando autocorrelação espacial, ou seja, a existência de áreas com valores similares entre vizinhos (para o indicador de interesse), e valores negativos representando diferenças entre vizinhos.

No que diz respeito a riscos juvenis, um dos principais exercícios empíricos sobre o tema foi o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ)*, realizado pela Fundação Seade em 2002, mediante uma demanda da Secretaria Estadual da Cultura.⁵ Este estudo classificava os distritos administrativos da cidade em uma escala de zero a cem pontos que expressava o grau de vulnerabilidade social dos seus jovens moradores, considerando, simultaneamente, os níveis de escolaridade dos jovens, homicídios, fecundidade e outros.⁶ O estudo destacou ainda a existência de cinco grupos de distritos no município com distintos níveis de vulnerabilidade para os jovens residentes.⁷ Com poucas exceções, foram observadas coincidências espaciais entre os diversos tipos de riscos analisados, indicando – na escala de distritos – uma estreita relação existente entre condições socioeconômicas, em particular a pobreza, e situações de violência e maternidade entre os jovens residentes nestes locais. Assim, de certa forma, a hipótese do acúmulo de riscos foi também reafirmada por este exercício, realizado na escala do distrito (Fundação Seade, 2002).

Em outras palavras, o objetivo mais geral deste artigo é reexaminar a proposição de que as periferias são homogêneas. Pretendemos mostrar que a sobreposição de carências nas áreas periféricas do município de São Paulo não é completa, ou seja, a periferia é mais heterogênea do que supõe a literatura. Tomaremos como exemplo alguns riscos juvenis – desemprego, grau de alfabetização, gravidez precoce e taxa de homicídios – em uma unidade de análise espacial mais detalhada: trabalharemos aqui com as 456 áreas de ponderação da amostra do Censo Demográfico do IBGE.⁸ Utilizaremos também métodos de estatística espacial, como o Índice de Moran,⁹ que oferecem uma abordagem bastante interessante tanto para medir os níveis de segregação existentes como para identificar em grande detalhe os locais com altíssimo grau de concentração de um dado risco juvenil, os chamados *hot spots*.

METODOLOGIA

A partir dos dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e do sistema de estatísticas vitais da Fundação Seade, foram gerados quatro indicadores que expressam as condições de vida dos jovens no município de São Paulo: percentual de adolescentes do sexo feminino de 13 a 17 anos que já tiveram filhos; percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo; taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos; e taxa de homicídios de homens de 18 a 29 anos. Os três primeiros indicadores foram derivados da amostra do Censo Demográfico, que é constituída por 10% das unidades domiciliares do município. A taxa de homicídios foi elaborada com base na média dos óbitos para os anos de 1999, 2000 e 2001, sendo derivada do sistema de estatísticas vitais da Fundação Seade.

Como unidades de análise (e como áreas de vizinhança) foram utilizadas as áreas de ponderação criadas no âmbito do Censo Demográfico 2000, que no município de São Paulo correspondem a 456 áreas. Essas áreas são compostas por setores censitários e englobam em torno de 4 mil domicílios, com cerca de quatrocentos deles pertencentes à amostra. Essas áreas são homogêneas em termos de variáveis socioeconômicas e demográficas (Fundação IBGE, 2002). A adoção das áreas de ponderação como unidades geográficas do estudo teve como objetivo explorar as dimensões da segregação espacial em uma escala mais detalhada do que os 96 distritos administrativos da cidade, já que estes podem conter em seu interior uma diversidade de situações que no nível agregado não é possível detectar.

Como ferramental analítico foram utilizadas medidas de autocorrelação espacial, especificamente o índice de Moran (I), global e local. Apesar da existência de vários índices que mensuram padrões espaciais, o índice global de Moran é o mais comumente utilizado quando se deseja um sumário da distribuição espacial dos dados.

Em outras palavras, se comparados aos indicadores comumente utilizados para os estudos de segregação – como o índice de dissimilaridade – o índice de Moran incorpora uma dimensão bastante inovadora: testar até que ponto o nível de uma variável para uma dada área é similar ou não ao das áreas vizinhas. Por exemplo, em situações em que não existe segregação, a distribuição da proporção de pobres (ou de qualquer outra variável de interesse, como concentração de negros) será uniforme em todas as áreas da cidade, isto é, se o percentual de pobres na cidade é de 30%, esta proporção será aproximadamente a mesma em todas as áreas do município e o índice de Moran tenderá a zero. Para as situações em que há segregação, as áreas com altas concentrações de pobres serão vizinhas entre si (assim como as áreas com altas concentrações de não-pobres) e o índice de Moran se aproximará de um. Assim como no caso dos outros indicadores de segregação, este indicador tende a ser afetado pela escala geográfica adotada (Anselin, 1995).¹⁰

RESULTADOS DO MORAN GLOBAL

Os valores obtidos pelo Índice Global de Moran sugerem a existência de autocorrelação espacial para os quatro indicadores analisados, com as maiores correlações observadas para a taxa de desemprego e o percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo; a menor correlação corresponde ao percentual de meninas de 13 a 17 anos que têm ou já tiveram filhos. Assim, é possível afirmar que a distribuição desses indicadores não é uniforme no município de São Paulo, isto é, os graus de heterogeneidade espacial variam conforme o tipo de variável considerada (Tabela 1).

Uma outra maneira de observar a autocorrelação espacial existente para cada um dos quatro indicadores é o Diagrama de Espalhamento de Moran. Esse tipo de gráfico apresenta o cruzamento entre o valor do indicador para uma determinada área e a média dos vizinhos. Assim, no caso de uma autocorrelação perfeita – índice de Moran igual a 1 (um) – a média de cada área considerada seria igual à média ponderada dos seus vizinhos. No Anexo 1 apresentamos o Diagrama de Espalhamento para as quatro variáveis consideradas.

Tabela 1 – Índice Global de Moran

Indicadores	Índice de Moran (I)*
Taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos	0,63
Percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo	0,61
Taxa de homicídios de homens de 18 a 29 anos (em cem mil)	0,45
Percentual de adolescentes do sexo feminino de 13 a 17 anos que já tiveram filhos	0,23

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000; Seade, *Estatísticas Vitais*.

* Nível de significância de 5%.

Os resultados revelam que, enquanto os padrões de heterogeneidade espacial parecem ser de fato similares quando considerados certos indicadores (como desemprego e escolaridade), o mesmo não ocorre para outros indicadores (como homicídios e gravidez na

10 Este índice é escrito como: $I = (N/S_0) \sum_i \sum_j w_{ij} x_i x_j / \sum_i x_i^2$
(1) Onde, w_{ij} é um elemento da matriz vizinhança espacial W que indica se as áreas i e j são contiguas. Foi utilizada uma matriz de vizinhança de primeira ordem, com w_{ij} assumindo valor 1 se i e j são fronteiriços e 0 (zero) caso contrário. S_0 é um fator de normalização igual à soma de todos os pesos ($\sum_i \sum_j w_{ij}$), e x_i corresponde ao valor do indicador a ser testado para a área i e N o número de observações. Foi utilizado o nível de significância de 5% nos testes de hipóteses, em que a hipótese nula corresponde a: o valor observado do índice para cada um dos quatro indicadores era igual a zero. Para se verificar a existência de padrões espaciais e sua identificação utilizou-se o Índice de Moran Local, que pode ser expresso como:
$$I_i = \frac{\sum_j w_{ij} z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2}$$
 (2)

Onde, $z_i = (x_i - \bar{x})$

Essa medida apresenta um valor para cada região, permitindo a identificação de padrões espaciais e a criação de *clusters* que os representam. Estes *clusters* podem ser interpretados como áreas com dinâmicas espaciais próprias que se destacam das demais. A partir desses índices foram gerados os *LISA maps* (Anselin, 1995), com um nível de significância de 5%.

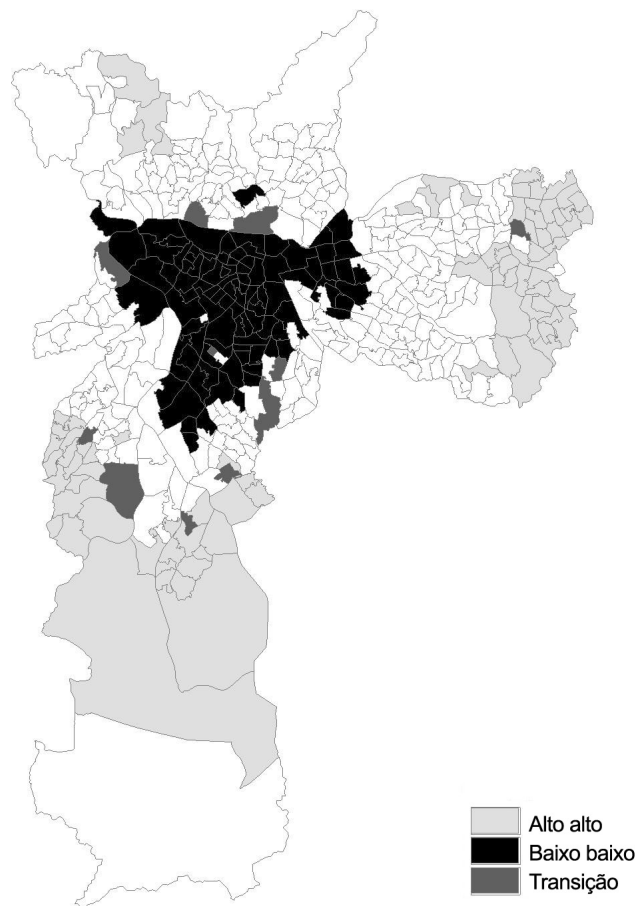
adolescência). Tal evidência, por si só, já coloca em questão a hipótese apresentada na introdução relativa a um perfeito e simultâneo acúmulo de riscos nas mesmas áreas, pelo menos no que diz respeito à unidade de observação utilizada neste estudo – áreas de ponderação. Para aprofundar esse argumento, foram analisados os mapas gerados pelo Índice de Moran Local.

RESULTADOS DO MORAN LOCAL

11 Os mapas LISA (Local Indicator of Spatial Association) apresentam as correlações para uma dada variável entre cada uma das unidades de análise e seus vizinhos. Todos os mapas foram elaborados pelos autores do presente artigo.

A seguir são apresentados os mapas LISA,¹¹ onde estão identificados os *clusters* espaciais de áreas de ponderação que se diferenciam das demais áreas da cidade. Nesse mapa as áreas em cinza claro são aquelas onde ocorrem valores muito acima da média da cidade e, simultaneamente, as áreas vizinhas também apresentam valores muito altos; as pretas representam as áreas com valores abaixo da média do município (e simultaneamente as áreas vizinhas também apresentam valores muito baixos). As áreas em cinza escuro são as áreas denominadas de transição, ou seja, o padrão local não é similar ao da vizinhança. Por fim, as áreas em branco são aquelas em que não foram identificados padrões espaciais que se diferenciam de modo particular do observado para o conjunto do município.

Mapa 1 – Taxa de desemprego dos jovens com 18 a 24 anos. Município de São Paulo, 2000.

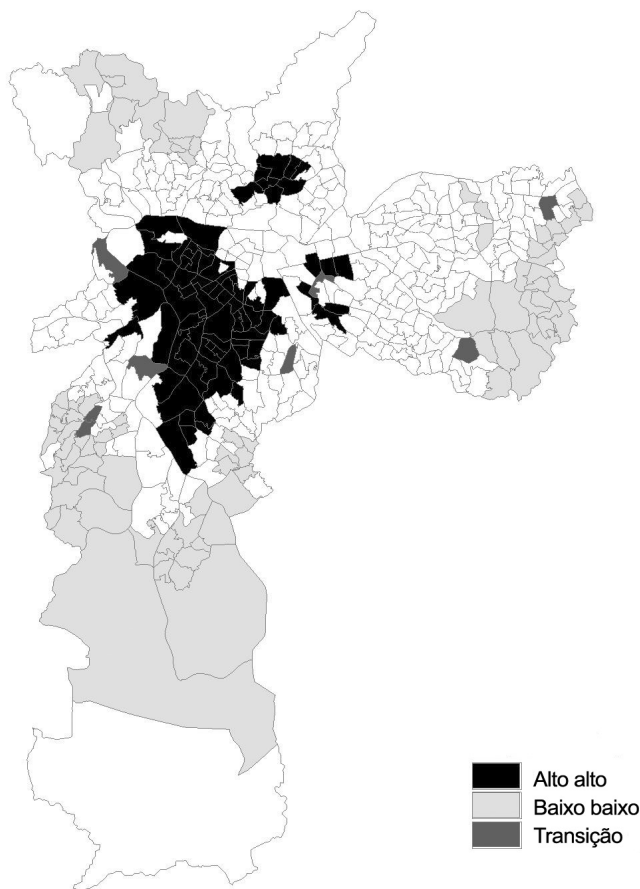


Fonte: Censo Demográfico 2000.

Apresentamos no Mapa 1 o Índice de Moran Local para a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos. Podemos observar que este indicador apresenta um padrão de distribuição espacial semelhante ao esperado pela literatura, apresentando o conhecido padrão radial-concêntrico. Níveis baixos de desemprego são observados no bloco homogêneo constituído pelo chamado Centro expandido (em preto) e altos níveis de desemprego são encontrados nas áreas homogêneas a Leste e a Sul da cidade (em cinza claro).

Trata-se de um resultado conhecido. Não por acaso, a região do Centro expandido apresenta os maiores níveis de renda e é também a principal responsável pela oferta de empregos (Gomes & Amitrano, 2004). A principal surpresa, neste caso, diz respeito à situação da Zona Norte. Apenas algumas poucas áreas apresentam níveis de emprego homogeneamente baixos. Talvez isso possa ser explicado, em parte, pela recente transformação social da região – com a emergência de Santana como um distrito de renda média-alta – e pela maior proximidade da maior parte da Zona Norte à região do Centro expandido, local de maior concentração de empregos. De forma análoga ao mapa anterior, o Mapa 2 apresenta o Índice de Moran Local para o percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo.

Mapa 2 – Porcentagem de jovens com 18 a 19 anos com ensino médio completo, segundo agrupamentos de correlação espacial. Município de São Paulo, 2000.



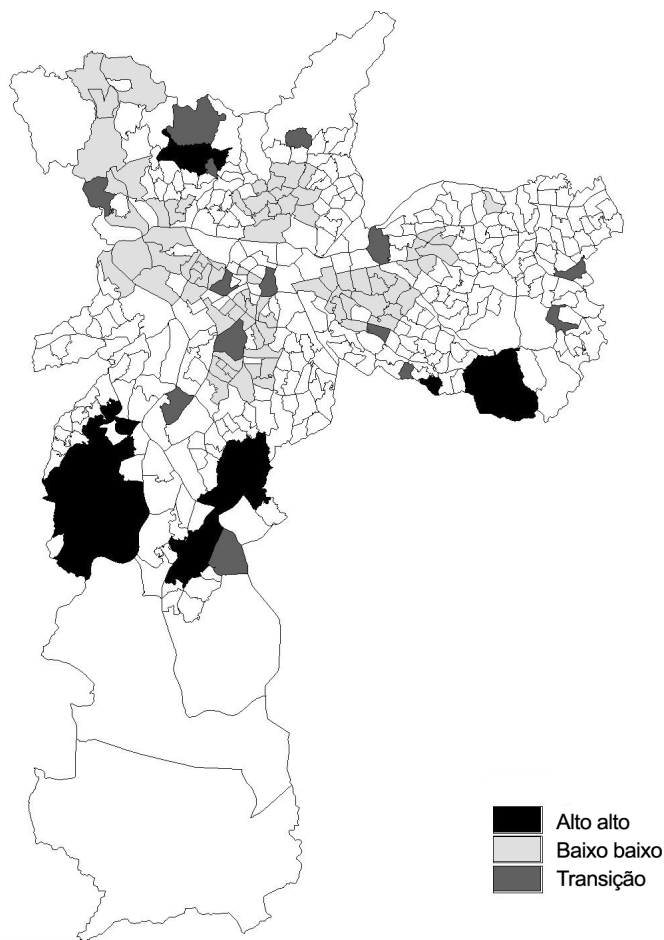
Fonte: Censo Demográfico 2000.

Também neste caso surgem dois grandes agrupamentos: o que engloba as áreas centrais e mais ricas da cidade – com alto grau de conclusão do segundo grau – e o que

envolve as áreas periféricas a Leste, Sul e também a Noroeste (nesse caso, com baixo grau de conclusão). Com algumas exceções, observamos que as áreas de baixo desemprego têm alta escolaridade e as áreas de baixa escolaridade têm alto desemprego.

Cabe ressaltar que esses resultados, embora corroborem a hipótese de sobreposição de riscos sociais em locais de periferia – mesmo na escala de áreas de ponderação –, sugerem uma série de elementos relativamente surpreendentes. O Centro histórico da cidade não apresenta alto nível de escolaridade, mas alto nível de emprego. A região de São Miguel Paulista – no extremo Nordeste da cidade – está na pior situação em relação ao emprego, o que não se reflete no nível de escolaridade.

Mapa 3 – Taxa média de homicídios, 1999-2001, segundo agrupamentos de correlação espacial. Município de São Paulo, 2000.

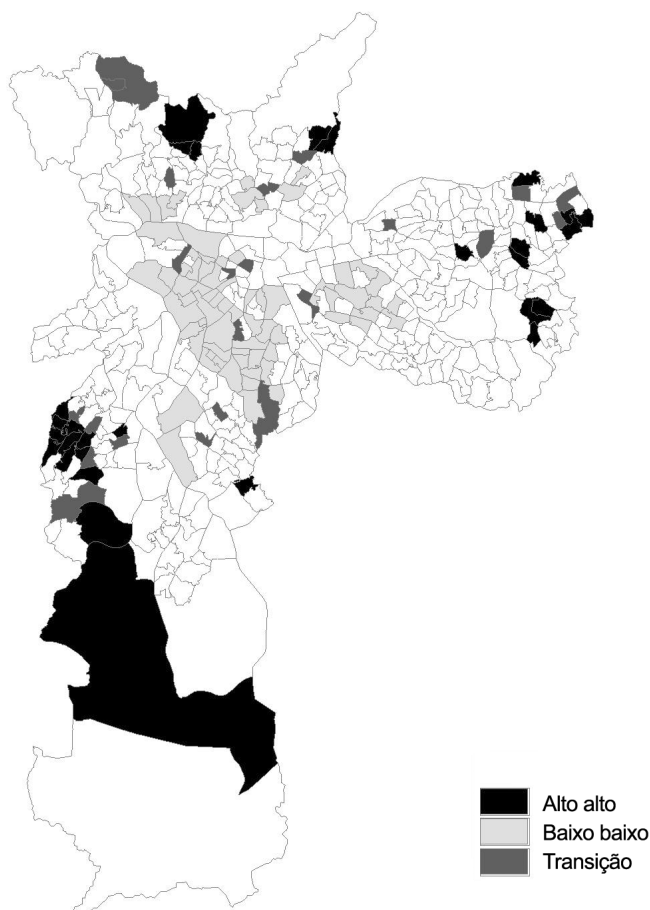


Fonte: Censo Demográfico 2000.

Em outras palavras, os dados nesta escala sugerem que a segregação não é tão “compacta territorialmente” como o modelo centro-periferia sugere (Villaça, 1999). E estas discrepâncias são muito mais significativas quando observamos outros dados, tais como os de homicídios e ocorrência de filhos entre as adolescentes (Mapas 3 e 4). No caso de homicídios, embora as maiores taxas encontrem-se nas periferias, tais eventos não se localizam com intensidade em qualquer periferia, mas de modo muito mais concentrado espacialmente nos distritos de Jardim Ângela, Brasilândia, São Mateus e na fronteira com Diadema.

Analogamente, as áreas com baixa incidência de homicídios não abrangem todo o Centro expandido, e se manifestam também em áreas próximas, como Santana e Tatuapé. Em outras palavras, os padrões espaciais da taxa de homicídios não podem ser considerados um espelho do padrão observado na taxa de desemprego e grau de conclusão do segundo grau.

Mapa 4 – Porcentagem de pessoas do sexo feminino com 13 a 17 anos e com filhos, segundo agrupamentos de correlação espacial. Município de São Paulo, 2000.



Fonte: Censo Demográfico 2000.

Estes resultados sugerem que embora os locais com elevadas taxas de homicídios apresentem elevados níveis de desemprego e baixa escolaridade, não necessariamente todos os locais com estas características têm elevado nível de homicídios. A cumulatividade de riscos ocorre em alguns casos, mas não em outros. Entender estes padrões pode ser de grande interesse para políticas de caráter local. De certo modo, o mesmo fenômeno se observa no caso da gravidez na adolescência, com um padrão ainda mais fragmentado do que o observado acima (Mapa 4).

O mapa apresenta a distribuição do indicador referente a adolescentes de 13 a 17 anos com filhos. É possível identificar um único agrupamento homogêneo: as áreas localizadas no chamado quadrante Sudoeste – onde o índice de gravidez na adolescência se diferencia do restante do município por apresentar valores muito baixos. Nas áreas mais periféricas, o padrão territorial é relativamente fragmentado, embora algumas áreas

– Norte de Brasilândia e Sul do Jardim Ângela – mereçam um destaque especial, por apresentarem também níveis elevados para os demais indicadores considerados. Não por acaso, no caso dessa variável, o Índice de Moran Global é o mais baixo entre os quatro analisados.

Se considerarmos em conjunto os resultados referidos aos quatro indicadores considerados, encontraremos um conjunto de combinações relativamente limitado e de grande interesse analítico. A Tabela 2, resume as informações relativas à análise das possíveis combinações entre áreas com acúmulo ou não de riscos.

Tabela 2 – Combinações dos *clusters* espaciais considerando situações positivas e negativas entre os quatro indicadores considerados

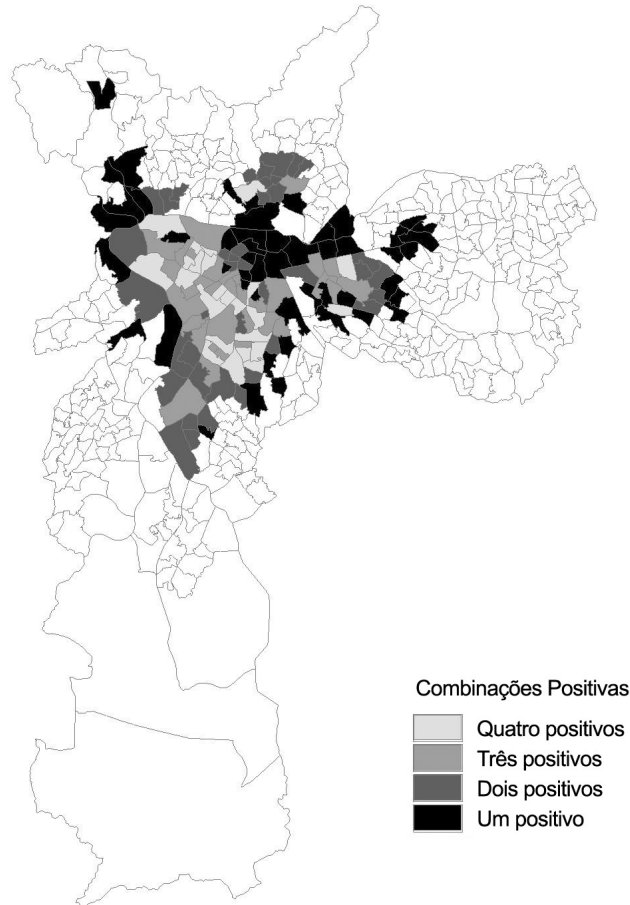
Combinações consideradas	Número de áreas de ponderação	População (%)	Taxa de desemprego	Jovens que concluíram o ensino médio (%)	Taxa de homicídio (em cem mil)	Adolescentes do sexo feminino com filhos (%)
Quatro indicadores negativos	6	1,5	32,2	25,9	284,9	5,4
Três indicadores negativos	25	7,5	33,1	24,5	279,2	5,5
Dois indicadores negativos	50	13,0	31,7	27,3	231,2	5,0
Um indicador negativo	53	13,4	30,2	31,9	233,2	4,5
Nenhum indicador positivo ou negativo	157	33,7	25,4	39,1	166,8	3,7
Um indicador positivo	50	9,5	20,7	43,3	130,1	2,9
Dois indicadores positivos	39	7,2	20,3	56,1	87,2	1,7
Três indicadores positivos	33	5,7	18,5	62,7	93,4	1,6
Quatro indicadores positivos	24	4,4	17,4	65,0	73,5	1,3
Combinações de indicadores positivos e negativos	19	4,0	25,3	34,6	162,7	4,9
Total	456	100,0	26,3	38,3	176,7	3,9

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000; Fundação Seade, *Estatísticas Vitais*. Elaboração dos autores.

A interpretação da Tabela 2, considerando os principais diferenciais entre os vários tipos de *clusters* espaciais propostos, torna mais clara a percepção da heterogeneidade entre estas diversas áreas urbanas. Enquanto nas melhores regiões da cidade – as áreas com pelo menos três indicadores apresentando os níveis mais positivos – o percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo é maior que 60%, nas piores áreas, três ou mais negativos, este percentual é de cerca de 25%. O mesmo pode ser observado quando são considerados outros indicadores, como as taxas de desemprego e de homicídios. Do ponto de vista demográfico, observa-se na Tabela 2 a existência de 4,4% da popula-

ção residindo em áreas que apresentam os quatro indicadores positivos, equivalendo à aproximadamente 455 mil pessoas. Com três indicadores muito favoráveis foram encontradas 33 áreas, que correspondem, junto com o grupo anterior (os distritos que formam o chamado quadrante Sudoeste), a área mais rica da cidade e onde está localizada a maior parte da oferta de serviços urbanos. Estes elementos podem ser observados no Mapa 5.

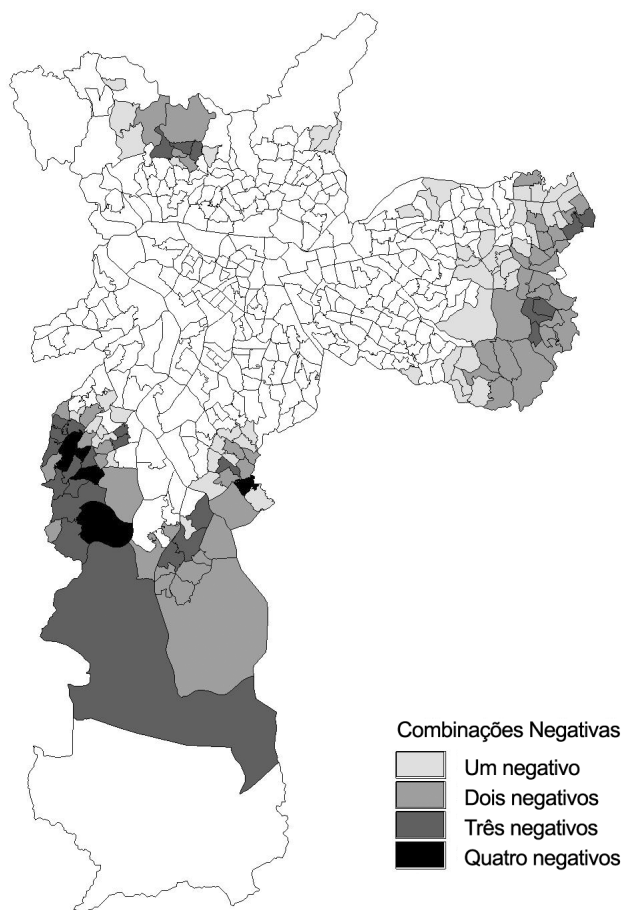
Mapa 5 – Combinações positivas entre os quatro indicadores.



De fato, podemos observar no Mapa 5 a significativa concentração de áreas com todos os indicadores apresentando os níveis mais positivos. De certa forma, estes resultados sugerem que enquanto a periferia pobre é mais heterogênea socialmente (particularmente no que diz respeito à ocorrência de homicídios e gravidez na adolescência), o Centro rico é mais compacto espacialmente e mais homogêneo, do ponto de vista da concentração de níveis positivos dos indicadores considerados.

Pela Tabela 2, observa-se também que, em 2000, 1,5% da população da cidade, ou aproximadamente 160 mil pessoas, residiam em locais que podiam ser considerados de altíssima vulnerabilidade para os jovens, uma vez que acumulam as situações mais desfavoráveis do município para os quatro indicadores considerados. Se for agregado a esse contingente a população residente em áreas com três situações mais desfavoráveis para pelo menos três dos quatro indicadores considerados, chega-se a 9% da população total, ou quase 950 mil pessoas residindo nestes locais.

Mapa 6 – Combinações negativas entre os quatro indicadores.



Podemos verificar no Mapa 6 que, do ponto de vista espacial, estas áreas de altíssima vulnerabilidade são bastante concentradas espacialmente. De fato, enquanto os locais com algum indicador fortemente negativo distribuem-se por quase toda a periferia da cidade, as áreas com três ou quatro indicadores muito desfavoráveis se concentram territorialmente em locais como Jardim Ângela, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Leste do Itaim Paulista.

Esses resultados indicam que certos riscos sociais realmente são mais concentrados espacialmente, incidindo de forma sobreposta sobre certas áreas da periferia, mas não permitem afirmar que os riscos sociais em geral (no caso, os riscos que afetam os jovens) incidem de forma homogênea e concentrada nas áreas periféricas do município de São Paulo. Ou seja, a cumulatividade de riscos não é perfeita como sugere a literatura, e o balanço entre o acúmulo e a heterogeneidade de situações de vulnerabilidade é bastante complexo. Tais elementos contribuem para a discussão a respeito de políticas sociais que considerem a dimensão espacial da pobreza e da vulnerabilidade em toda a sua complexidade, ou seja, políticas que levem em consideração as necessidades específicas de cada local, tendo assim uma atuação mais eficiente.

Finalmente, cabe também destacar aqueles 37,7% da população que vive em áreas que não se distinguem nem positivamente nem negativamente nesses indicadores (Tabela 2). Espacialmente, este contingente está localizado num trecho intermediário entre o centro e a periferia mais distante, com ocorrências territoriais localizadas, principalmen-

te, a Leste e Norte da cidade (ver Mapas 5 e 6). Existe também um grupo de áreas que têm situações simultaneamente positivas e negativas, mas que representam apenas 4% da população total.

CONCLUSÃO

Esse artigo mostrou que é preciso prestar mais atenção aos temas da heterogeneidade e dos componentes espaciais das situações de pobreza. Apesar da estrutura geral da metrópole ser de fato marcada por intensa segregação residencial entre áreas ricas e pobres, como apontam extensamente as literaturas sociológica e urbanística brasileiras, os territórios de pobreza são também caracterizados por um tecido urbano muito mais complexo e difícil de compreender do que propõe essa literatura, quando tratados numa escala de observação mais detalhada.

Constatamos que, enquanto as áreas ricas são compactas territorialmente – mais homogêneas em termos de indicadores sociais positivos –, os espaços urbanos pobres apresentam características diferentes entre si no que diz respeito à intensidade de mazelas urbanas tais como o desemprego e a violência. Assim, apesar da verificação da sobreposição de alguns tipos de riscos, como desemprego e baixa escolaridade, em outras situações a cumulatividade não é perfeita, como no caso das taxas de homicídio e de gravidez na adolescência, que apresentam distribuições espaciais complexas mesmo nas áreas periféricas – elementos que reforçam o argumento da heterogeneidade das áreas periféricas e a necessidade de um olhar mais atento e localizado.

De certa forma, esses resultados sugerem que, se o mercado de trabalho continua a ocupar um papel fundamental na reprodução das desigualdades urbanas – traduzida em uma marcada diferenciação entre centro e periferia – é também verdade que processos locais ligados ao cotidiano das comunidades e à dinâmica das políticas públicas também influenciam e diferenciam esses lugares. Assim, seria importante analisar os conteúdos sociais desses espaços periféricos, as estratégias de sobrevivência das populações que aí residem e os ativos que possuem, incluindo suas redes de relações (na linha de trabalhos como Filgueiras, 1998; e Moser, 1998), de modo a tornar mais complexas as interpretações sobre as áreas periféricas das grandes metrópoles – algo que foge ao escopo desse artigo.

É importante destacar ainda que esse tema não tem interesse apenas acadêmico. Trata-se de uma questão fundamental para as políticas públicas: se os espaços onde reside a população mais pobre não são homogêneos, pelo contrário, apresentam múltiplas lógicas de acordo com o tipo de risco considerado (podendo haver ou não sobreposição de vulnerabilidades), existe a possibilidade de organizar a oferta dos serviços públicos segundo as características desses diversos locais, mesmo no caso de políticas universais, gerando iniciativas estatais mais eficazes e distributivas (Marques & Torres, 2004).

Em outras palavras, é como se nos diferentes locais de pobreza se configurassem diferentes “estruturas de oportunidades”, proporcionadas – além do mercado – pela comunidade e pelo Estado. Tais oportunidades vão condicionar as possibilidades das famílias aí residentes saírem ou persistirem na situação de risco social em que vivem (Kaztman & Filgueira, 1999). Este argumento certamente reforça a necessidade de uma política social sensível à situação local e de sistemas de informação capazes de caracterizar essa heterogeneidade.

Renata Mirandola Bichir
é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole – CEM/Cebrap. E-mail: renatambichir@yahoo.com.br

Maria Paula Ferreira
é analista da Fundação Seade e consultora do Cebrap. E-mail: mpferrei@yahoo.com.br

Haroldo da Gama Torres
é pesquisador do Cebrap e do Centro de Estudos da Metrópole – CEM/Cebrap. E-mail: hgtorres@uol.com.br

Artigo recebido em dezembro de 2004 e aceito para publicação em fevereiro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESP. *Cadernos do Fórum São Paulo: século XXI*. São Paulo: Alesp, 2000.
- ANSELIN, L. Local indicator of spatial association – LISA. In: *Geographical Analysis*, n.27, p.91-115, 1995.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. Maricato, E. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. (Eds.) *Neighborhood Poverty – Volume II: Policy Implications in Studying Neighborhoods*. New York: Russell Sage Foundation, 1997.
- CALDEIRA, T. P. *City of walls: crime, segregation and citizenship in Sao Paulo*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CARDIA, N. *Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo*. Trabalho apresentado no encontro CULTURE, CITIZENSHIP AND URBAN VIOLENCE. Cuernavaca, México, 1999.
- _____. Urban violence in São Paulo. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, *Comparative Urban Studies Occasional Papers Series*, n.33, 2000.
- CEM-CEBRAP/SAS-PMSP. *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Sesc-SP, 2004.
- CEPAL. *Panorama social de América Latina 2000-2001*. Santiago: Cepal, 2002.
- DURLAUF, S. N. The membership theory of poverty: the role of group affiliations in determining socioeconomic outcomes. In: DANZIGER, S. H.; HAVERMAN, R. H. *Understanding poverty*. New York: Russell Sage, 2001. p.392-416.
- FILGUEIRAS, F. *Uma mirada crítica al “assets-vulnerability approach” – Orígenes, aplicaciones y posibles innovaciones*. Chile: Cepal, set. 1998.
- FUNDAÇÃO SEADE. Índice de Vulnerabilidade Juvenil. São Paulo: Fundação Seade, 2002. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>
- GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: MARQUES, E.; TORRES, H. G. (Orgs.) São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. *São Paulo*: Editora Senac. (No prelo.)
- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades*. Montevideo: Cepal, 1999.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- _____. Vulnerabilidade sócio-econômica: Estados Unidos, França e Brasil. Trabalho apresentado no ENCONTRO DA ANPOCS, 2001. (Mimeo.)
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. “Metrópole, legislação e desigualdade”. *Estudos Avançados*, v.17, n.48, 2003.
- MARQUES, E.; TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac. (No prelo.)
- MARQUES, E.; BITAR, S. Grupos sociais e espaço. *Novos Estudos Cebrap*, n.64, p.123-31, 2002. (Dossiê Espaço, Política e Políticas na Metrópole Paulistana.)
- MARQUES, E.; NAJAR, A. Espaço e mortalidade no Rio de Janeiro da década de 1980. In: Anais do VI Encontro Nacional da Anpur. Brasília: Anpur, 1995.
- MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

- MINGIONE, E. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: _____. (Ed.) *Urban poverty and the underclass*. New York: Blackwell Publishers, 1999.
- MOSER, C. "The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies". *World Development*, v.26, n.1, p.1-19, 1998.
- RIBEIRO, L. C.; TELLES, E. Rio de Janeiro: Emerging dualization in a historically unequal city. In: MARCUSE, P.; KEMPEN, R. *Globalizing cities: a new spatial order?* London: Blackwell Publishers, 2000.
- ROLNIK, R. *A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nubel/Fapesp, 1997.
- SABATINI, F. *Residencial segregation pattern changes in Chile's main cities: scale shifts and increasing malignancy*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy. International Seminar on Segregation and the City, 2001.
- SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S.; SANTOS, W.; COIMBRA, M. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- SMOLKA, M. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, n.21, 1987.
- SPOSATI, A. et al. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- TASCHNER, S. P. Degradação Ambiental em Áreas de Invasão no Município de São Paulo. In: Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1992.
- TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. A cidade dos anéis: São Paulo. In: QUEIROZ, L. C. (Ed.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- TELLES, E. US Foundations and Racial Reasoning in Brazil. *Theory, Culture & Society*, v.20, n.4, 2003.
- TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.54, 2004.
- TORRES, H.; MARQUES, E. Tamanho populacional das favelas paulistanas. Ou os grandes números e a falência do debate sobre a metrópole. Trabalho apresentado no ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto: Abep, 2002.
- _____. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4, 2001.
- TORRES, H.; FERREIRA, M.; GOMES, S. Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. G. (Orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac. (No prelo.)
- VALLADARES, L.; Coelho, M. Urban research in Brazil and Venezuela – towards an agenda for the 1990s. In: STREN, R. (Ed.) *Urban research in the developing world – Latin America*. Toronto: Center for Urban and Community Studies, 1995.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 2001.
- _____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. (Ed.) *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WILSON, W. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

YIENGER, J. Housing discrimination and residential segregation as causes of poverty. In: DANZIGER, S. H.; HAVERMAN, R. H. *Understanding poverty*. New York: Russell Sage, 2001. p.359-91.

A B S T R A C T *The main aim of this article is to test the hypothesis of the concentration of negative indicators in the peripheral areas of São Paulo municipality. We focus on some social hazards that affect young people such as unemployment, urban violence, low levels of education, and teenager pregnancy. We base our analysis on census survey areas (IBGE, 2000) and spatial statistics methods. Contrary to the established perspective about these issues, our findings generally show that the social hazards have a complex spatial distribution with relevant implications for social policies.*

K E Y W O R D S *Social hazards; segregation; social policies; youth.*

ANEXO 1

Os Gráficos 1 a 4 apresentam o Diagrama de Espalhamento de Moran para cada um dos quatro indicadores considerados no estudo.

Gráfico 1 – Diagrama de Espalhamento de Moran para a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos.

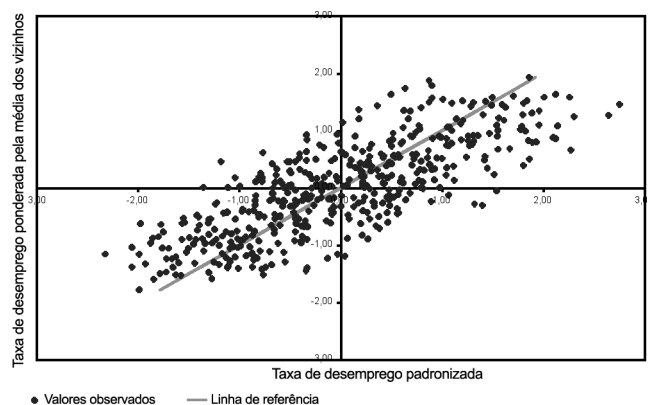


Gráfico 2 – Diagrama de Espalhamento de Moran para o percentual de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo.

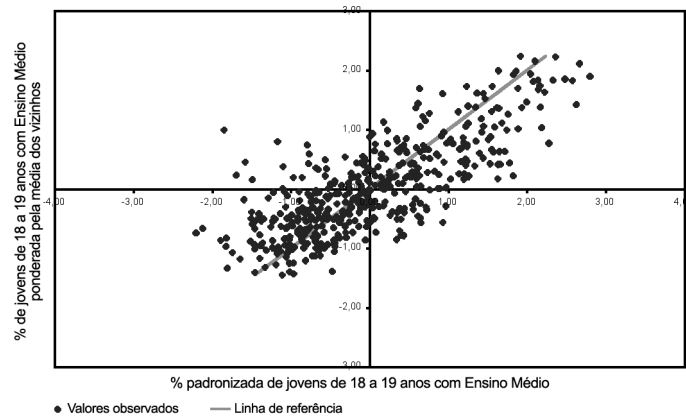


Gráfico 3 – Diagrama de Espalhamento de Moran para a taxa de homicídio de homens de 18 a 29 Anos.

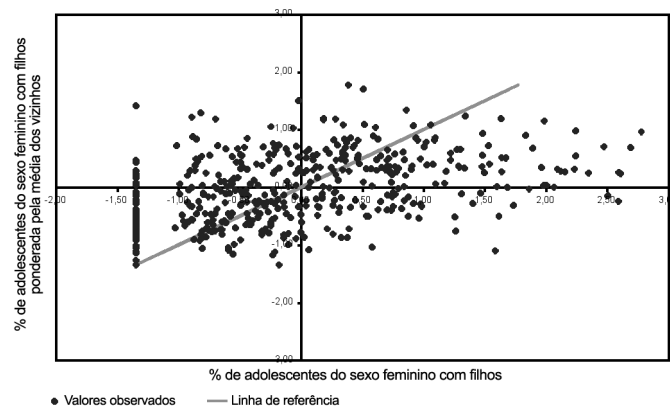


Gráfico 4 – Diagrama de Espalhamento de Moran para o percentual de adolescentes do sexo feminino de 13 a 17 anos que já tiveram filhos.

